



ACÓRDÃO Nº 267/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11546/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Presidente Figueiredo.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sr. Mário Roberto Caranha - Ordenador de Despesa.
- 6- **Advogado:** Sr. Juarez Frazão Rodrigues Junior – OAB/AM nº 5.851, Sr. Antônio Ribeiro da Costa Filho – OAB/AM nº 910.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 481/2018-MP-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 2024/2031).
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Presidente Figueiredo. Exercício de 2015.

Irregularidade. Glosa. Multa. Prazo. Autorização. Representação. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar pela Irregularidade** das Contas da Câmara Municipal de Presidente Figueiredo, referente ao exercício de 2015, sob responsabilidade do **Sr. Mário Roberto Caranha**, ex-presidente daquela Casa e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 22, III, alínea "b" c/c o art. 25, ambos da Lei nº 2.423/96-TCE/AM e art. 5º, inciso II, da Resolução nº 04/2002-RITCE;
- 10.2. **Glosar** o montante de **R\$458.734,09 (quatrocentos e cinquenta e oito mil, setecentos e trinta e quatro reais e nove centavos)**, em alcance do **Sr. Mário Roberto Caranha**, pelas seguintes irregularidades:
 - a) no valor de **R\$221.550,00 (duzentos e vinte e um mil, quinhentos e cinquenta reais)**, pela não comprovação dos deslocamentos, por ocasião das diárias pagas a servidores e vereadores, nos termos do art. 304, inc. I, da Resolução nº 04/2002, item 11, da fundamentação;



ACÓRDÃO Nº 267/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- b) no valor de **R\$97.817,27 (noventa e sete mil, oitocentos e dezessete reais e vinte e sete centavos)** por registro contábil em desacordo com as regras estabelecidas na NBC T 16.5; nos termos do art. 304, inc. III e VI, da Resolução n.º04/2002, conforme item 15, da fundamentação;
- c) no valor de **R\$139.366,82 (cento e trinta e nove mil, trezentos e sessenta e seis reais e oitenta e dois centavos)**, pela não justificativa quanto à contratação de empresas para execução de serviços com objetos semelhantes, discriminação e preços genéricos, tendo indícios de pagamento em duplicidade, e/ou não foi possível a comprovação de sua efetiva prestação a Câmara Municipal de Presidente Figueiredo, item 25, da fundamentação.

10.3. Multar o Sr. Mário Roberto Caranha, ex-presidente da Câmara Municipal de Presidente Figueiredo e Ordenador de Despesas:

- a) no valor de **R\$8.768,25(oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte cinco centavos)**, com fulcro no art. 308, VI da Resolução n.º 04/2002, alterada pela Resolução n.º 25/2012-TCE/AM, pelos atos praticados com grave infração de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes nos itens 2, 8, 10, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24, da fundamentação;
- b) no valor de **R\$4.384,12 (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos)**, com fulcro no art. 54, III, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 308, V, da Resolução TCE/AM n.º 04/2002, alterada pela Resolução TCE/AM n.º 25/2012, pelos atos de gestão ilegítimos e antieconômicos de que resultaram injustificado dano ao erário, constantes dos itens 11, 15 e 25, da fundamentação.

10.4. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que o **Sr. Mário Roberto Caranha**, recolha os valores das multas que lhe foram aplicadas aos cofres públicos (art. 72, III, “a”, da Lei n.º 2423/96), ficando a DICREX autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM;

10.5. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que o **Sr. Mário Roberto Caranha**, recolha os valores da glosa que lhe foi aplicada aos cofres públicos (art. 72, III, “a”, da Lei n.º 2423/96), ficando a DICREX autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM;

10.6. Autorizar, em caso de não recolhimento dos valores de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, ex vi do



ACÓRDÃO Nº 267/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

art. 73 da Lei nº 2.423/96, art. 169, II, art. 173, e § 6º do art. 308, todos da Resolução nº 04/2002- TCE;

10.7. Representar ao Ministério Público Estadual, na forma do inciso III do art. 114, da Lei nº 2.423/96, para que adote, no âmbito de sua competência, as medidas que entender cabíveis, acerca dos fatos ocorridos sem prejuízo da verificação da prática de ato de improbidade administrativa, constante nos itens 10 e 12, da fundamentação;

10.8. Recomendar à Origem, Câmara Municipal de Presidente Figueiredo que:

- a) adote providências no sentido de dar efetivo cumprimento aos 10 dias de prazo estipulados para o reenvio das informações via GEFIS, conforme o art. 7º e parágrafo único, da Resolução nº 15/2013-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 24/2013-TCE/AM;
- b) adote providências com a maior brevidade possível no sentido de dar efetivo cumprimento à Lei Complementar nº 101/00 no que tange a atualização do Portal da Transparência; (item 2, da fundamentação);
- c) observe com mais rigor os ditames da Lei de Licitações nº 8.666/93; (itens 3 a 7, da fundamentação);
- d) o responsável pelo controle interno planeje, desenvolva e implemente procedimentos e rotinas de controle interno a fim de permitir maior eficiência e efetividade nos atos emanados pelo administrador público, mais precisamente àqueles voltados à área de pessoal; (item 9, da fundamentação);
- e) proceda a exoneração de cargos que ainda se enquadrem como nepotismo para que não haja mais irregularidades desta natureza, sob pena de aplicação de sanções legais, podendo esta Corte considerar o responsável em alcance, pelo pagamento indevido de contrapartida pecuniária a servidores, que continuem ocupando cargos de forma irregular; (item 10, da fundamentação);
- f) cumpra os ditames constitucionais e, promova concurso público para o devido preenchimento de vagas; (item 12, da fundamentação);
- g) tome as devidas providências no sentido de que as conciliações bancárias (contábeis) sejam elaboradas e assinadas pelo contador, sob pena de comunicação ao Conselho Regional de Contabilidade; (item 13, da fundamentação);
- h) que o Chefe do Poder Legislativo do Município de Presidente Figueiredo cumpra as exigências contidas no art. 8º da Lei 12.527/11 (caput e §§ 1º e 2º) bem como do art. 48, da LC nº



ACÓRDÃO Nº 267/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

101/2000, sob pena de aplicação das sanções legais; (item 16 e 17, da fundamentação);

- i) tome providências no sentido de que os serviços contábeis da entidade sejam realizados por contador admitido via concurso público, evitando a terceirização prejudicial à boa gestão. (item 18 e 19, da fundamentação).

11- Ata: 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 03 de Maio de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (convocado).

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral